



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12405 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT22 - Educação Ambiental

**O PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR POR UM OLHAR A PARTIR DAS MARGENS E DO BEM VIVER**

Caroline Gonçalves Garcia - UFBA-MPED – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

## **O PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA DE SALVADOR POR UM OLHAR A PARTIR DAS MARGENS E DO BEM VIVER**

### **1. INTRODUÇÃO**

O progresso tão almejado pelo desenvolvimento, traz traços da exploração que ocorreu não só no Brasil, mas em diversos países que foram colonizados. De acordo com Acosta (p.55, 2016), a partir de 1492, o conceito de “progresso” estava intrinsecamente ligado a expansão europeia desenvolvimentista e colonizadora. Desde então, iniciou-se, a exploração da Natureza para acúmulo de capital, essas riquezas foram concentradas nos centros europeus, onde estava nascendo o sistema capitalista. No Brasil, esse processo aconteceu com o genocídio de povos originários e com a escravização de povos da África (ACOSTA, p.56, 2016).

Para o enfrentamento do modo de vida eurocêntrico e capitalista, o Bem viver propõe um discurso contra hegemônico (ACOSTA, p. 34), que recupere o conceito de viver em comunidade, por meio da sabedoria ancestral daqueles que defendem e vivem uma cosmovisão diferente da ocidental, por meio de lutas descolonizadoras (ACOSTA, p. 72, 2016). Defende uma confluência de saberes, confluindo as formas de ser e habitar o espaço, incluindo nesse processo o diálogo sobre o enfrentamento das Mudanças Climáticas (ACOSTA, p. 33, 2016)

No diálogo entre MC e Bem Viver, a antropologia contribui com os saberes dos diversos povos do planeta para a construção de políticas públicas (PARENTE; CURI, 2015) e a união desta com a educação, amplia o debate sobre os diversos tipos de desigualdade

existentes (GUSMÃO, 1997). Para isso, adota-se uma educação ambiental (EA) que recupere o sentido de comunidade e fortaleça processos emancipatórios e participativos, como proposto por De Luca, Brianezi e Sorrentino (2010).

Os autores propõem uma EA que seja vivenciada por cada indivíduo e dialogue com a sua forma de habitar no Planeta. Agrega-se especificidades e saberes de cada grupo, para se construir propostas pedagógicas participativas e coletivas (DE LUCA; BRIANEZI; SORRENTINO, 2010). Dessa forma, é possível desenvolver uma EA que promova a reflexão sobre as demandas e as injustiças que estão presentes no seu cotidiano, incluindo pautas como a crise climática.

Diante do contexto e urgência do enfrentamento das MC, Biasoli e Sorrentino (2018) alertam que há entraves para a participação social, como a ausência de espaços e condições que a possibilitem. Portanto, defendem a importância da implementação da política do cotidiano na construção de políticas públicas de EA.

Segundo os autores, a política do cotidiano se refere a inclusão dos diversos atores sociais e das forças instituintes, quais são entendidas como forças vindas da base, no processo de construção da política pública. Além disso, os autores defendem que a EA precisa ser compreendida enquanto política pública estruturante, ou seja, devem ser pensadas a longo prazo e em consonância com outras iniciativas, como os planos (BIASOLI; SORRENTINO, 2018)

No âmbito municipal, a cidade de Salvador, em 4 de dezembro de 2020, publicou o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC) e estabeleceu como meta a elaboração e implementação de um Programa de Educação Ambiental e Climática em Salvador até 2024 (SALVADOR, 2020).

A presente pesquisa tem como objetivo identificar os fatores importantes a serem considerados na elaboração do Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador. Com relação aos materiais e métodos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, a qual o processo é mais importante do que os produtos (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Sobre a coleta de dados, foi realizada uma revisão de artigos científicos e bibliografia sobre o tema e a história da comunidade Calabar em Salvador. Além disso, foi realizada uma análise documental dos dados estatísticos do IBGE sobre a população da cidade de Salvador.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A comunidade Calabar**

Diante da dinâmica da cidade, a discussão sobre o agir urbano pode agregar nas lutas que permeiam as cidades e na análise das suas formas de expansão e de mobilidade (AGIER, 2015). Nesse contexto, Agier (2015) propõem a importância do olhar a partir da margem. Esta perspectiva metodológica é utilizada para análise das disputas que acontecem, para o pesquisador se atentar como se constroem as margens e ao que é produzido nestes espaços.

Sem desconsiderar os problemas urbanos construídos historicamente, os autores sugerem evitar o olhar vicioso a problemática, se atentando não somente ao que falta nesses espaços, mas também ao que (re)surge ali (AGIER, 2015). Nesse sentido, como o olhar a partir das margens e o Bem Viver podem contribuir para identificar os fatores importantes a serem considerados na elaboração do Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador?

Para iniciar essa discussão, faremos um recorte a cidade de Salvador analisando o bairro do Calabar. A comunidade Calabar é um lugar de resistência da população negra e pobre localizado aos arredores de um bairro nobre de elite branca (BARRETO, 2020). De acordo com o historiador Cid Teixeira, o bairro originou-se pelo Quilombo Kalabari formado por pessoas escravizadas da cidade africana de Kalabari, onde atualmente localiza-se a Nigéria (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2020).

De acordo com Barreto (2020), os moradores da comunidade possuem uma história de constata luta e resistência frente ao Estado hegemônico por melhorias na qualidade de vida, saneamento e o direito à moradia. Essa luta foi protagonizada pela juventude, representada pelo grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) formado em 1977, e por mulheres pretas da comunidade.

A história de resistência da ocupação do Calabar é um indício do movimento do direito à cidade, que segundo Agier (2015) intercalam com o direito de estar ali e levar uma vida urbana. Para Barreto (2020) É a solução encontrada pelas pessoas que não tem a renda compatível para comprar a cidade legalizada e devido à ausência de políticas públicas. A ocupação gera conflitos, ainda mais tratando-se de uma comunidade negra rodeada por uma elite branca.

Ainda segundo a autora, há uma correlação da resistência dos moradores do Calabar com a história da população quilombola escravizada, tanto pela origem de ambas como pela luta contra o escravismo. Por conta disso, a autora defende que toda a comunidade que resiste a esse processo colonizador deve ser considerada um quilombo contemporâneo (BARRETO, 2020). Esse resgate ancestral da identidade e do viver em comunidade é visto por SANTOS (2018) como contracolonizador, por meio da promoção da emancipação dos povos e do protagonismo deles para contar as suas próprias histórias. Nesse mesmo raciocínio, o Bem Viver dialoga com a luta contracolonizadora do Calabar, criticando o desenvolvimentismo que defende uma visão de mundo hegemônica eurocêntrica.

A mobilização comunitária resultou com o passar dos anos em melhorias na qualidade de vida das pessoas no bairro, como o acesso a água potável, saneamento básico, construção de um posto de saúde, Escola Aberta e uma creche comunitária com o protagonismo de mulheres idealizadoras do projeto. Além desses espaços de uso comum, atualmente existe uma biblioteca comunitária que contém cerca de 6.220 livros e frequência de 120 leitores ao mês. A biblioteca busca realizar atividades que resgatam a identidade negra e as lutas do direito à cidade que fazem parte da história do bairro (BARRETO, 2020).

Nesse contexto de luta pelo habitar em comunidade e contra opressões desenvolvimentistas eurocêntricas, o Bem Viver está em consonância a essas manifestações de luta do Calabar, já que o Bem Viver nasce das lutas populares daqueles que estão à margem da sociedade e também acolhe os saberes da vida comunitária não indígena que aprendeu formas de sobreviver dentro dos sistemas dominantes (ACOSTA, p. 77, 2016).

## **2.2 Resultados e discussões de pesquisa: O Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador construído a partir das margens e do Bem Viver**

Na elaboração de políticas de públicas de EA, Sorretino et. al (2005) defendem formação de espaços participativos e de promoção da cidadania (SORRENTINO et. al, 2005). Deve-se envolver a política do cotidiano, confluindo saberes, lutas e recuperando o sentido comunitário.

No caso do Plano de Educação Ambiental Climática de Salvador, a questão racial é um fator importante a ser considerado já que a cidade possui traços coloniais ainda presentes, como a “exclusão” de negros em espaços periféricos. De acordo com o CENSO (2010), considerando as pessoas residentes em domicílios particulares em Salvador (2.668.078 pessoas), aproximadamente, 80% são pretas e pardas (IBGE, 2010). As pessoas soteropolitanas negras são as que mais sofrem impactos socioambientais negativos, o que é reflexo do racismo ambiental (SANTOS DE SANTANA; PINTO LOPES DE FARIAS, 2021).

Para o enfrentamento do racismo, Sotero, Pereira e dos Santos (2021), defendem que as pedagogias negras são fundamentais para a formação de conteúdo crítico antirracista. Pois os caminhos entrelaçam-se com o das lutas raciais, da ancestralidade e a aproximação do conceito do “Bem Viver” (SOTERO; PEREIRA; DOS SANTOS, 2021).

No caso do Calabar, a comunidade conquistou melhorias e transformações através da ação coletiva, da resistência as opressões colonizadoras e com o protagonismo da juventude e de mulheres negras. Inclusive, a Biblioteca Comunitária utiliza pedagogias negras para o resgate da ancestralidade e da identidade das crianças que não tiveram contato com a história da comunidade. Portanto, ressalta-se a importância do caráter antirracista e do Bem Viver nas políticas públicas.

## **3. CONCLUSÃO**

Entende-se que é importante na elaboração do Plano de Educação Ambiental

Climática de Salvador, incorporar a política do cotidiano e recuperar o sentido de comunidade, como é proposto pelo Bem Viver, confluindo as diversas visões de mundo e as e as lutas daqueles que mais sofrem os impactos socioambientais negativos, no caso de Salvador, das pessoas negras. Além disso, o pensar cidade pelo “Olhar a partir das margens”, orienta enxergar as potencialidades do lugar para o enfrentamento das MC numa perspectiva antirracista.

#### 4. REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos** / Alberto Acosta: tradução de Tadeu Breda. - São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016. 264p.

AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro**. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

BARRETO, A. C. J. . Kalabari, Calabar e a releitura contemporânea dos Quilombos. In: Warllon de Souza Barcellos; Marco José de Oliveira Duarte. (Org.). Políticas sociais brasileiras em contextos de crise. 1ed.Belo Horizonte: **EdUEMG**, 2020, p. 1-205. Disponível em: < [https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2021/Políticas\\_sociais/2021\\_Políticas\\_sociais\\_cap7.pdf](https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2021/Políticas_sociais/2021_Políticas_sociais_cap7.pdf) > Acesso em 18 de out. de 2019

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. “Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: A necessária inclusão da política do cotidiano”. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, n. 0, 8 Oct. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/asoc/a/PHWpKWMk9HJtBQdGWbsLxNs/?lang=en> > Acesso em 18 de set. de 2022

DE LUCA, A. Q.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. “O Conceito de ‘Comunidade’ na Educação Ambiental” . In: Encontro Nacional da Anppas, V, 2010, **Anais**, Florianópolis: **ANPPAS**, 2010. Disponível em: < [https://ocaesalq.files.wordpress.com/2013/08/anppas5\\_comunidade.pdf](https://ocaesalq.files.wordpress.com/2013/08/anppas5_comunidade.pdf) > Acesso em 18 de set. de 2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Salvador – Bahia**. Salvador, IBGE: 2010b. Disponível em< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>> Acesso em 19 de jun. de 2022

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Salvador Cultura Todo Dia, 2019. Calabar. Disponível em: < [http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod\\_area=9&cod\\_polo=9b](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9b) >. Acesso em: 5 jul. 2022

GUSMÃO, N. M. M. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cad. CEDES** 18 (43) • Dez 1997 • <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000200002> . Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yB4YnZDv73qWqYZJpQZmbWb/?lang=pt> > Acesso em 02 de jul. de 2022

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PARENTE, I. C. I.; CURI, M. V. Um estudo sobre o estado da arte da Antropologia do Clima1. **BIB**, São Paulo, n. 80, 2º semestre de 2015 (publicada em maio de 2017), pp. 42-58. Disponível em: <  
[file:///C:/Users/HP/Downloads/Um+estudo+sobre+o+estado+da+arte+da+Antropologia+do+Cl\(1\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Um+estudo+sobre+o+estado+da+arte+da+Antropologia+do+Cl(1)%20(2).pdf)> Acesso em 06 de jul. de 2022

SALVADOR, 2020. Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador: BA: **Salvador**, 2020. Disponível em: <  
<https://americadosul.iclei.org/wp-content/uploads/sites/78/2021/01/salvador-plano-de-acao-climatica.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTOS, A. B.. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018

SANTOS DE SANTANA, J., & PINTO LOPES DE FARIAS, Ú. (2021). Racismo Ambiental: a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais. **Educação Sem Distância - Revista Eletrônica Da Faculdade Unyleya**, 1(4). Disponível em: <  
<https://educacaosemdistancia.unyleya.edu.br/esd/article/view/120>> Acesso em 15 e junho de 2022.

SORRENTINO, M.; TRABJER, R.; MEDONÇA, P.; JUNIOR, L. A. F. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtTbHxzVcgFmRybWtKrr/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 03 de jul. de 2022

ROSA, T.T. Pensar por margens. In: JACQUES, P.B., and PEREIRA, M.S., comps. *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar* [online]. Salvador: **EDUFBA**, 2018, pp. 176-204. ISBN 978-85-232-2032-7. <https://doi.org/10.7476/9788523220327.0008>. Disponível em: <  
[https://ava.ufba.br/pluginfile.php/2965660/mod\\_resource/content/1/jacques-9788523220327-08.pdf](https://ava.ufba.br/pluginfile.php/2965660/mod_resource/content/1/jacques-9788523220327-08.pdf)> Acesso em 04 de jul. de 2022

SOTERO, E. C.; PEREIRA, I. D. ; SANTOS, S. B.. Pedagogias Negras: O antirracismo, O Bem Viver e a Corporeidade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n.3,p. 1314 – 1329, set/ dez. 221. Disponível em: <  
<https://www.scilit.net/article/9dbb98be93eed3b540e08dfa73e069c1>> Acesso em 04 de jul. de 2022